



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Falta uma semana para ANTT decidir sobre aumento de tarifas de ônibus do Entorno

No próximo dia 22, vence o prazo que a agência controladora recebeu para analisar a suspensão do aumento das tarifas de ônibus da região. Tanto DF como GO aguardam decisão da Casa Civil do Governo Federal sobre formação de consórcio, para absorver esse reajuste

A Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) tem até o próximo dia 22 de agosto (próxima sexta-feira) para decidir se mantém ou se efetiva o aumento de 2,91% nas tarifas de ônibus do Entorno do Distrito Federal. A decisão de suspender o reajuste havia sido tomada pela agência após recomendação do Ministério dos Transportes, que atendeu a pedidos dos governos do Distrito Federal e de Goiás.

O aumento, que estava previsto para entrar em vigor em 23 de fevereiro, foi adiado para que os governos pudessem formalizar um consórcio inter-federativo para a gestão integrada do transporte público na região, com a possibilidade de subsídio tarifário.

Esta semana, durante evento que discutiu a gestão integrada e os gargalos enfrentados nas regiões metropolitanas (com foco na região do Entorno do DF), representantes das duas unidades

federativas foram unânimes ao afirmar que há, sim, a necessidade dessa gestão compartilhada do transporte no Entorno.

Para formalizar o consórcio, falta apenas uma resposta formal da União à proposta feita pelo DF e por GO - assunto que ainda está sob análise pela Casa Civil do Governo Federal. O objetivo do consórcio é implementar a integração tarifária, fazer a reorganização das linhas e a melhoria da qualidade do serviço prestado à população.



70% das viagens do eixo sul (Novo Gama, Valparaíso e Luziânia) para o DF são feitas por transporte coletivo

O secretário de Mobilidade do DF, Zeno Gonçalves, afirmou a "Brasilianas" que o consórcio inter-federativo entre Goiás e Distrito Federal já está tecnicamente estruturado. "Temos o protocolo de intenções, o projeto de lei e o apoio dos governadores Ronaldo Caiado e Ibaneis Rocha, além dos vices Celina Leão e Daniel Vilela. O que precisamos agora é da decisão do Governo Federal para avançar. Já fizemos tudo que estava ao nosso alcance e esperamos essa definição em breve", afirmou.

Região Metropolitana é a segunda maior do país

Dados reforçam a urgência de ações coordenadas para a Região

Metropolitana do Entorno. Entre 2010 e 2022, a população do Entorno cresceu 69%, enquanto a do Distrito Federal aumentou 37%. Somadas, as duas áreas já formam a segunda maior região metropolitana do Brasil.

Atualmente, 70% das viagens do eixo sul (Novo Gama, Valparaíso e Luziânia) para o DF são feitas por transporte coletivo, segundo diagnóstico apresentado pela Secretaria de Mobilidade do DF.

Os secretários de Mobilidade do Distrito Federal, Zeno Gonçalves, e o superintendente da Secretaria-Geral de Governo de Goiás, Cassiano de Brito, além do secretário de Estado de Goiás para o Entorno do DF, Pábio Mosso-

ró, participaram esta semana do Seminário Nacional NTU 2025, promovido pela Associação Nacional de Transportes Urbanos.

Os três dividiram a mesa de debates sobre "O Papel dos Governos Estaduais na Governança Metropolitana para Transporte Público", que abordou experiências de gestão integrada e os gargalos enfrentados nas regiões metropolitanas, com foco na região do Entorno do DF.

Segundo Pábio Mosso, a Secretaria do Entorno, em missão dada pelo governador Ronaldo Caiado e o vice Daniel Vilela atua para viabilizar o Consórcio Interfederativo de Transporte, em parceria com o Governo do Distrito Federal e com o apoio do Governo Federal.

"Nosso objetivo é oferecer à população um transporte de qualidade, com tarifa reduzida e gestão integrada. Já temos um protocolo de intenções e o projeto de lei prontos para aprovação. Agora, aguardamos a definição do Governo Federal para transformar esse planejamento em realidade", ressaltou o secretário.

Justiça barra contrato do BRB com Banco Master até aprovação da CLDF e acionistas

A 7ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT) manteve, na última quarta-feira (13), a decisão que impede o Banco de Brasília (BRB) de assinar o contrato definitivo de aquisição de parte do Banco Master sem autorização prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e da Assembleia de Acionistas do próprio banco.

Por maioria, os desembargadores negaram provimento aos Agravos de Instrumento apresentados pelo BRB e pelo Distrito Federal. O colegiado entendeu que a decisão de primeira instância está correta, pois a efetivação do negócio sem o aval legislativo e dos acionistas representaria um potencial ilícito, com violação direta ao que determina a Lei Orgânica do Distrito Federal (art. 19, XIX) e a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S/A).

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep/MPDFT) acompanhou o julgamento e realizou sustentação oral, reforçando a importância de se restabelecer a precedência do pronunciamento do Poder Legislativo, por sua representação popular, para os destinos dos negócios estatais.

Com a decisão, fica restabelecida integralmente a liminar concedida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, em maio deste ano, que suspende a assinatura do contrato definitivo até o cumprimento das exigências legais.

Em abril, quando foi divulgada a notícia da operação entre o BRB e o Banco Master, os deputados distritais já haviam manifestado intenção de que essa negociação passasse, antes, pelo crivo da Câmara Legislativa.

28 colmeias de abelhas polinizadoras são furtadas de projeto no Parque da Cidade

O meliponário do Instituto Abelha Nativa, que existe há oito anos no Parque da Cidade foi furtado, ao longo de três noites (entre domingo e quarta-feira), e perdeu boa parte das matrizes que permitem a reprodução das espécies sem ferrão, adaptadas ao cerrado, e fundamentais para a polinização de alimentos e o bom desenvolvimento do meio ambiente. O local é usado para pesquisas de conservação ambiental.

"Dá vontade de chorar", afirmou à "Brasilianas" o melicultor Luiz Lustosa, 69 anos, presidente da ONG que leva o nome do instituto e que cuida do espaço, cedido pelo GDF há oito anos. "É um absurdo o que aconteceu aqui. Quem invadiu o espaço sabia o que estava fazendo e escolheu as caixas específicas. Isso parece coisa de melicultor safado, invejoso", vociferou Lustosa. "Se queria, bastava pedir. Eu dou, nem cobro nada."

Entre as perdas estão 12 colmeias de abelha Jatá amarela (*Tetragonisca angustula*), 13 colmeias de Mandaguari (*Scaptotrigona postica*) e duas colmeias de Uruçu Amarela (*Melipona rufiventris*), além de uma colmeia



O meliponário do Parque da Cidade existe há oito anos no Parque da Cidade

de abelha Marmelada (*Friesocomelitta varia*). Lustosa estima em cerca de R\$ 15 mil o valor das colmeias furtadas.

"Foram furtadas as grandes matrizes (multiplicador de abelhas). Não sobrou nenhuma matriz de Jatá. As

de Uruçu ele levou as que estavam mais fáceis, numa prateleira, mas as matrizes foram preservadas. As Mandaguari sobraram um pouco, porque nós tínhamos mais unidades", contabiliza o melicultor.

CLDF retoma CPI do rio Melchior

Na próxima semana, parlamentares irão ao abatedouro que utiliza do rio

Por Thamiris de Azevedo

Após o recesso legislativo, iniciado em 18 de julho, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do rio Melchior retomou seus trabalhos nesta quinta-feira (14), na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A Comissão apura as causas da grave poluição do rio, categorizado na classe 4, que representa o pior nível na escala de qualidade hídrica. Nessa condição, a exploração do rio é permitida, mediante autorização e fiscalização.

Na ocasião, foram aprovados seis requerimentos que solicitam informações complementares aos órgãos responsáveis, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos da Comissão. Durante a sessão, a presidente da CPI, Paula

Belmonte (Cidadania), também destacou que a Comissão possui a prerrogativa de solicitar mandados de busca e apreensão, embora tenha ressaltado que essa não é a intenção no momento. Segundo ela, o foco principal é oferecer respostas à sociedade e apresentar propostas em defesa das águas do Melchior.

O relator, deputado Iolando (MDB), informou que, em cumprimento dos ofícios solicitados, já solicitou esclarecimentos para a Terracap e para o Instituto Brasília Ambiental, que agendou reunião técnica para prestar as informações.

O deputado Gabriel Magno (PT), durante o plenário, ressaltou a importância de analisar todo o ambiente que compõe o corpo hídrico do rio, analisando-o como um corpo não isolado.

Primeiro semestre

O Correio da Manhã vem acompanhando de perto os trabalhos da CPI. No primeiro semestre, as oito reuniões, realizadas desde 3 de abril, foram marcadas por ausências, momentos de tensão, visitas in loco a estabelecimentos que despejam resíduos no rio, além da apresentação de informações por especialistas e representantes de órgãos convidados.

Próximos Passos

As reuniões ordinárias continuarão acontecendo às quintas-feiras. A visita ao Abatedouro da Seara foi adiada do dia 7 de agosto para a próxima sexta-feira (22). Está marcado para o dia 28 deste mês a oitiva de outros especialistas para tratar do tema.



Cano do aterro sanitário que despeja chorume no rio.

Newton Vieira